



## **Tecnologia, "fim do proletariado" e a transição ao comunismo**

Sergio Lessa<sup>1</sup>

### **Resumo**

O texto apresenta o debate sobre a relação entre o desenvolvimento da tecnologia e as relações de produção. O autor traz a contribuição de Marx, Lukács, Kumar, Hirata e outros autores, discutindo as relações sociais e se efetivamente as novas tecnologias estariam dando espaço para a superação capitalismo.

### **Tecnología, "fin del proletariado" y la transición al comunismo**

#### **Resumen**

El texto presenta el debate acerca de la relación entre el desarrollo de la tecnología y las relaciones de producción. El autor trae la contribución de Marx, Lukács, Kumar, Hirata y otros autores, discutiendo las relaciones sociales y si efectivamente las nuevas tecnologías estarían dando paso para la superación del capitalismo.

### **Technology, "end of the proletariat" and the transition to communism**

#### **Summary**

The text presents the debate about the relationship between the development of technology and production relations. The author brings the contribution and Marx, Lukács, Kumar, Hirata and other authors. He discusses if the social relations and new technologies would effectively giving space for overcoming capitalism.

O debate envolvendo a relação entre o desenvolvimento da tecnologia e as relações de produção parece não perder sua atualidade. Marx, em *O Capital*, argumentava que são as relações sociais, mais especificamente as relações de produção, que determinam o desenvolvimento das tecnologias no interior de cada modo de produção; Lukács combateu a tese oposta de Bukharin nos anos de 1920; mais recentemente, um autor de fora da tradição marxista, Kumar (1997), retomou a tese do primado das relações de produção sobre o desenvolvimento tecnológico e contestou as teses de que as novas tecnologia e modos de gestão de mão de obra teriam conduzido ou estariam conduzindo à superação do capitalismo. Helena Hirata (2002) demonstrou, com dados copiosos, como as relações de produção não se

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e membro do Comitê Editorial da revista Crítica Marxista.

alteraram com a, para ser breve, "reestruturação produtiva". Do outro lado, não faltam autores que concebem o mundo atual como se transformações decisivas nas relações de produção viessem de um suposto salto tecnológico: a Revolução Informacional, de Lojkin, a "revolução técnico científica de base microeletrônica" (Iamamoto,1999), a *Terceira Onda* de Toffler (1980), as teses de McLuhan (1967), "sociedade tec-trônica" de Zbigniew Brzezinski, "sociedade pós-industrial" (Bell, 1976), as *Megatrends* de John Naisbitt (1984), a "sociedade informática", de Adam Schafft (1990) etc., para ficar com alguns poucos exemplos de um espectro ideológico muito amplo.

Bem pesadas as coisas, o que mantém esse tema em pauta não são novos argumentos ou fatos que subvertam o primado das relações sociais sobre a tecnologia, *a la* Marx. A rigor, nenhum novo argumento foi apresentado desde *O Capital*. O que tem mantido a atualidade de tais teses é a situação contrarrevolucionária em que nos encontramos<sup>2</sup>. Em uma situação com rebaixadas lutas de classe, em que o proletariado aparentemente se integrou à ordem burguesa, a tese segundo a qual o desenvolvimento tecnológico estaria nos conduzindo para além do capital exibe um potencial ideológico significativo para favoravelmente apresentar, enquanto mediações das mazelas do presente, as alienadas transformações tecnológicas e gerenciais -- e, ainda de quebra, prestam o serviço de "demonstrar" que a revolução proletária proposta por Marx não passaria de uma utopia, no sentido de não ter lugar na história.

### **Mallet e Lojkin**

Sem deformarmos o essencial desse debate (pois ele já se fez presente nos embates clássicos da II Internacional na passagem do século 19 ao 20), tudo indica que, a partir dos anos de 1950, com a publicação de *Où va le travail humain?*, por Georges Friedman, teve início a sua fase atual. Os anos de 1960 assistiram à crescente presença da tese de que o desenvolvimento tecnológico operado pelo capital, com a automatização (não confundir com a automação dos nossos dias), traria uma tal metamorfose das relações de produção que levaria a classe operária ao desaparecimento. Uma revista organizada e mantida por intelectuais franceses ligados ao PCF, *Economie et Politique*, se tornou porta-voz dessas teses. Em 1963, Serge Mallet, um intelectual ligado ao PSF e politicamente à esquerda dos comunistas (eram anos em que a Guerra da Argélia ainda ecoava e na qual o PCF apoiou a intervenção imperialista francesa, bem como o governo De Gaulle) publicou seu livro mais importante, *La nouvelle classe ouvrière*.

---

<sup>2</sup> Contrarrevolucionária não no sentido da inexistência de confrontos, mas pelo fato de que os confrontos de todas as ordens – que correspondem ao agravamento das contradições sociais – recebem soluções compatíveis com a ordem do capital.

Mallet postulou que a automação e as novas tecnologias possibilitariam a passagem ao socialismo através da luta direta pelo controle da produção e pelo direito ao consumo. A velha luta de classes estaria sendo ultrapassada e, com ela, também os partidos e os sindicatos tradicionais (acima de tudo o PCF) na medida em que a própria classe operária não mais seria a mesma. O trabalho manual estaria "incorporando operações estritamente intelectuais" (Mallet,1963:9) e, por outro lado, as novas tecnologias estariam substituindo o operariado tradicional pela evolução em direção às "'fábricas sem operários' da automação, telecomandadas à distância e supervisionadas por telas de televisão dos escritórios técnicos da direção parisiense." (Mallet,1963:139-40)

A própria "definição de classe operária" estaria posta em questão. Os desenvolvimentos tecnológicos teriam convertido o engenheiro em "proletário" (Mallet,1963:12-13), teriam transformado em produtivos "os serviços dos escritórios que preparam as condições da produção propriamente dita" (Mallet,1963:13), de tal modo que "a força manual de trabalho cede lugar ao exercício das faculdades psico-fisiológicas, a fadiga nervosa substitui a fadiga física. Mas a fadiga nervosa diz respeito igualmente aos quadros superiores da sociedade."<sup>3</sup> (Mallet,1963:12-3).

Esse seria o perfil da "nova classe operária" que, continua Mallet, diferentemente da antiga, teria acesso às mesmas mercadorias que as classes médias. As mesmas roupas, os mesmos carros, os mesmos bairros; nas férias, "os jovens metalúrgicos compartilham os bangalôs 'taitianos' com as filhas dos diretores"; "operários qualificados, quadros técnicos, assalariados do setor terciário e profissionais liberais" habitam agora nos mesmos bairros: estaria ocorrendo um "processo de homogeneização" pelo qual "a classe operária efetivamente deixou de viver à parte" (Mallet,1963:9, cf. tb. 8)<sup>4</sup>. Ou seja, para Mallet, graças ao próprio desenvolvimento do capitalismo, "pela primeira vez na história" (Mallet,1967:175) uma "sociedade livre de produtores". Ele diz "pode aparecer como o processo lógico da evolução técnico-econômica, em condições tais que pode se tornar o feito não apenas dos operários, mas também dos técnicos e quadros do aparelho de produção. (Mallet,1967:175)

Pronto: a tese está textualmente posta! A classe revolucionária não mais seria o proletariado, mas um heterogêneo e impreciso conjunto de assalariados e, a transição para uma "sociedade livre de produtores", seria o "processo lógico da evolução técnico-

<sup>3</sup> No Brasil, essa tese é retomada quase com as mesmas palavras por Ricardo Antunes: "(...) talvez se possa dizer que o dispêndio de energia física da força de trabalho está se convertendo, *ao menos nos setores tecnologicamente mais avançados do processo produtivo*, em dispêndio de capacidades intelectuais." (Antunes, 1999: 129, itálico do autor)

<sup>4</sup> É bem-humorada a crítica de Miliband a Mallet: "quaisquer que sejam as relações nos feriados entre '*jeune metallos*' e '*filles de directeurs*', a relação entre os primeiros para com os próprios diretores permanece a mesma", pois isso em nada altera "as divisões de classes que são firmemente enraizadas no sistema de propriedade das sociedades capitalistas avançadas". (Miliband:1969:28)

econômica". De Mallet aos nossos dias, esta mesma tese será apresentada inúmeras vezes sob as roupagens as mais diversas.

Temos, ainda em Mallet, o procedimento metodológico que permanece um padrão muito generalizado até hoje. Mallet deduziu o desenvolvimento futuro da totalidade das relações de produção a partir do exame pontual de três plantas industriais (Caltex, Thomsom-Houstoum e Bull) -- sem se preocupar em demonstrar serem tais plantas exemplos típicos do que se passava no restante da economia. Além dessa grave falha metodológica, como as críticas subsequentes revelariam, o trabalho manual não estava desaparecendo sequer nessas plantas industriais. Em um caso, o da Caltex, o trabalho manual fora terceirizado. Havia desaparecido da folha de pagamento da empresa, mas não do processo produtivo da refinaria. Na Thomsom-Houstoun, uma fábrica de munições, nas operações mais perigosas, que manipulavam pólvora, os trabalhadores manuais foram desempregados pela adoção de tecnologia mais desenvolvida, mas isso não significava que o trabalho manual tendia a desaparecer de toda a cadeia produtiva.

Lembremos: Mallet é um intelectual ligado ao Partido Socialista. Sua investigação tinha uma direção política precisa: demonstrar com a tese do desaparecimento do proletariado que a estratégia do PCF estaria irremediavelmente superada.

Comparemos Mallet com as teses de Jean Lojkin em 1995, ou seja, três décadas depois. Esta contraposição é ainda mais interessante porque Lojkin era integrante do Comitê Central do PCF. O seu ponto de partida:

No momento em que o colapso das formas primitivas do socialismo parece coroar a dominação mundial do capitalismo e em que a referência ao "mercado" e à "rentabilidade" marca todas as esferas das nossas sociedades, como é possível continuar pensando numa superação histórica da nossa civilização mercantil?(...) A revolução *informacional* de que trata este livro está em seus primórdios. Ela é, primeiramente, uma revolução tecnológica de conjunto, que se segue à revolução *industrial* em vias de terminar. Mas é muito mais que isto: constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, *pós-mercantil*, emergente da ultrapassagem de uma divisão que opõe os homens desde que existem as sociedades de classe: divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade (...). (LOJKINE, 1995:11-12 – itálicos e aspas do autor, SL)

Lojkin é propositalmente obscuro ao definir o que viria a ser a Revolução Informacional. O que podemos apreender de seu texto é que, na medida em que as atividades de concepção e organização dos processos de trabalho incorporariam, direta e imediatamente, as atividades intelectuais dos engenheiros, programadores, etc., estaria sendo superada a tradicional divisão entre o trabalho manual e o intelectual e, deduz ele, também, estaria sendo

superada a distinção entre o trabalho produtivo e improdutivo. A informação operada pelos trabalhadores intelectuais se converteria em força produtiva tal como o trabalho manual. A rigor, nenhuma grande novidade: encontramos praticamente o mesmo em Mallet.

A contribuição de Lojkine também não estaria em postular ser essa a transição da sociedade capitalista à "sociedade da informação". Isso é uma retomada quase literal das teses de Daniel Bell sobre a *Sociedade pós-industrial* e dos *Megatrends* de John Naisbitt. O original, em Lojkine, bem pesadas as coisas, é sua definição de mercadoria: A informação necessita da massa e da energia como suporte, mas, em si, ela é imaterial, posto que representa "este algo que faz com que o todo não seja apenas a soma das partes".(Lojkine, 1995:113)<sup>5</sup>

Como a informação seria "imaterial", pois não seria matéria natural, não poderia ser mercadoria (Lojkine, 1995:273-4). Todo o Capítulo III, "A informação é uma mercadoria?", pode ser resumido em uma única frase: "(...) porque não produzem, por si mesmas, produtos materiais, mas os consomem, as atividades de serviço não podem ser submetidas ao critério de 'produtividade' das atividades produtivas." (Lojkine, 1995: 274) Apenas o produto que é matéria natural poderia, para Lojkine, conter "o tempo de trabalho socialmente necessário", de *O Capital*, que o transformaria em mercadoria e, portanto, apenas a ele seria aplicável o critério do valor-trabalho de Marx; como a informação não poderia ser submetida ao critério do tempo de trabalho socialmente necessário como medida do valor de troca, não seria uma mercadoria. Por isso a "sociedade da informação" seria uma sociedade "pós-mercantil".

Temos, aqui, dois absurdos.

O primeiro: é falso que a qualidade do todo resultante de ser ele mais que a soma (ser a síntese) das partes, "este algo que faz com que o todo não seja apenas a soma das partes", seja sempre "imaterial", isto é, distinta da matéria natural. Em todos os processos químicos, físicos, biológicos e em muito do intercâmbio material do homem com a natureza, observamos precisamente o contrário. As propriedades físicas e químicas da água, decorrentes da síntese de hidrogênio e oxigênio em molécula de água, nem se encontram presentes nesses dois gases isoladamente (estão presentes apenas na totalidade que eles compõem), nem deixam de ser, por essa razão, tão "material" quanto o hidrogênio e o oxigênio.

O segundo absurdo: que uma aula, uma ópera, um serviço, etc. -- ainda mais, que a própria força de trabalho, de modo algum natureza transformada – possam ser comprados e vendidos e que, portanto, possam ser mercadorias, é constatável pelos olhos mais incautos.

Como é possível que tais disparates sejam escritos, ainda mais por um marxista integrante do Comitê Central do PCF?

---

<sup>5</sup> As aspas são de uma citação de H. Laborit, *La nouvelle grille*. Galimard, Paris, 1982, pg. 20, *apud* Lojkine.

Pior, se possível: como se concede crédito a tais disparates? Quantas teses, palestras, conferências, livros, artigos, aulas, pesquisas etc. não utilizaram e ainda utilizam as teses de *A Revolução Informacional*.

A conclusão de Lojkine, compreensivelmente, fará parte do reino das fantasias: o fetichismo da mercadoria estaria sendo superado pois a Revolução Informacional estaria dando origem a uma nova sociedade marcada por relações não-mercantis. Nela "prevaleceria" "o ouvir, a consideração das necessidades de cada um, o primado da qualidade sobre a quantidade, e não a troca de produtos mercantis estandarizados".

a caracterização da atual revolução tecnológica deixa de ser feita apenas pelo impacto da ciência sobre a produção; ao contrário, o que entra na ordem-dia é a criação, a estocagem, a fecundação recíproca, a circulação da informação em todos os setores da empresa e da sociedade, quer se trate da exploração das riquezas inovadoras acumuladas entre os usuários de equipamentos ou dos circuitos inovadores que unem os clientes e usuários aos produtores e aos que concebem os produtos. (LOJKINE, 1995:252)

Em outras palavras, a produção de mercadorias como forma de produção do capital pela transformação da natureza estaria sendo substituída pela produção "imaterial" de novos valores e formas de produção. A mercadoria estaria dando lugar à troca de informações. A sociedade da informação, que nasceria com a Revolução Informacional, seria, por isso, a superação da sociedade mercantil.

Lojkine, por vias diversas, é verdade, se aproxima às conclusões que Mallet, três décadas antes, esgrimira contra o PCF: o proletariado "de Marx" estaria desaparecendo e dando lugar a um conjunto de trabalhadores que seriam, concomitantemente, manuais/intelectuais e produtivos/improdutivos. Acima de tudo, não haveria mais a luta de classe entre o proletariado e a burguesia.

Podemos, agora, responder à questão acerca dos atores desta revolução pós-mercantil. Tais atores, de alguma maneira, somos todos nós, conscientemente ou não, usuários das Novas Tecnologias da Informação (...). Contudo, se se confere aos desafios atuais da revolução informacional toda a sua significação cultural, política e ética, pode-se afirmar que o movimento social que deve realizá-la ainda pertence ao futuro. (LOJKINE, 309-10)

Nada de revolução proletária, adeus à luta de classes! "Todos nós, conscientemente ou não" seríamos os sujeitos a construir a sociedade não mais capitalista. Não apenas "todos nós" – o conteúdo do sujeito revolucionário – mas também sua forma – mesmo inconscientemente – realizamos a sociedade da informação. A transição para uma sociedade pós-mercadoria (isto

é, não capitalista) dar-se-ia pelo desenvolvimento da automatização (Mallet) ou pela Revolução Informacional (Lojkine).

### Os "15 minutos de fama"

Ainda que Lojkine e Mallet não esgotem a vasta irmandade de autores e teorias que confluem com a tese do predomínio da tecnologia na superação das relações de produção capitalista, essa justaposição de dois autores da esquerda, muito citados, e separados por três décadas, nos auxilia a sinalizar a evolução de características importantes desse debate. Em Lojkine nos defrontamos com um do traço que foi se afirmando como típico de um certo marxismo que se desenvolve, na ausência de uma luta de classes mais intensa, no interior da universidade e outras instituições burguesas. Aqui, a "sapiência" está em não se comprometer.

Tomemos a última, logo acima, citação de Lojkine. Caso se cobre do autor que o que ele postula não está acontecendo em nossos dias, dirá ele que ainda é cedo para esse argumento empirista desautorizar a sua tese. Pois, a "significação cultural, política e ética" da "revolução informacional", bem como o "movimento social que deve realizá-la ainda pertence ao futuro". Ou seja, como se referiria a um futuro, a atual situação do mundo não poderia ser convocada como argumento contrário a sua tese. Isso, todavia, não é *bem assim*. Pois "a atual revolução tecnológica" (Lojkine: 252), já, hoje, estaria superando as relações mercantis por outras, não-mercantis, nas quais "prevaleceria" "o ouvir, a consideração das necessidades de cada um, o primado da qualidade sobre a quantidade, e não a troca de produtos mercantis estandarizados". Por isso, Lojkine argumenta que, hoje – e não no futuro – trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, estariam se fundindo em um única e mesma operação e que as lutas de classes, -- hoje e não no futuro --, estariam sendo superadas pela luta de "todos" pelo direito à informação. Quando trata dos "autores" dessa "Revolução", diz que, "de alguma maneira", "consciente ou inconscientemente", "somos todos nós". Daria para ser mais impreciso? "Todos nós", "de alguma maneira", "consciente ou inconscientemente"!

Ser impreciso e obscuro, tipicamente, é uma exigência interna, inerente, às teorias do final do século 20 que afirmam a superação do capital pelo desenvolvimento da tecnologia – das quais Lojkine é apenas um exemplo. De outro modo, as inconsistências seriam imediatamente evidentes. Mallet, três décadas antes, pelo menos era muito mais claro e preciso.

Nessa involução de Mallet a Lojkine, o espírito do tempo pós-moderno se impôs mesmo entre alguns dos seus opositores. Textos leves, curtos, de fácil leitura e compreensão são valorizados na mesma medida em que são desvalorizados os textos densos e longos, ricos

em citações e referências. Para se publicar, "tem que ser" nesse estilo que, de quebra, é ainda compatível com as exigências de lucratividade das editoras em tempos neoliberais.

O novo estilo é um elemento metodológico de não menor importância no abandono do mundo real. Como um recurso poético sem o estatuto estético, as teses passam a cultivar a imprecisão conceitual e, os textos, a valorizar formulações novidadeiras, nas quais o novo é substituído pelo conteúdo. A afirmação precisa, claramente delimitada, que possa ser confirmada ou negada pelo seu objeto, torna-se raridade.

Típico desse fenômeno é o modo pelo qual se generalizou a expressão "mundo do trabalho". Ela possui tantos significados quantos quiser qualquer um de nós. Frases como o "mundo do trabalho dos operários que montam os motores na Volks" ou "as alterações trazidas pela reestruturação produtiva no pertencimento ao mundo do trabalho" fazem parte do atual léxico acadêmico. Na primeira frase, mundo do trabalho parece significar o ambiente específico do processo de trabalho em uma dada planta industrial; já no segundo caso, o mesmo conceito parece significar a concepção de mundo da totalidade dos assalariados do planeta Terra. O fato de uma categoria expressar conteúdos tão diversificados não impede que tenha seu estatuto "científico" estabelecido por consenso e, portanto, o fato de uma investigação que se pretende séria empregar uma categoria tão polissêmica, imprecisa, não apenas não causa constrangimentos, como ainda conta com uma adesão significativa<sup>6</sup>.

Qual a justificativa, por exemplo, para se abandonar, em favor de "mundo do trabalho", a categoria "relações de produção"? Esta é uma categoria rigorosa, que possui uma longa tradição e que, por ter sido exaustivamente investigada, favorece uma relação mais próxima entre a teoria e o mundo real. Ela expressa um conteúdo preciso: fundadas pelo trabalho, são as formas pelas quais os seres humanos se organizam para converter a natureza em meios de produção e de subsistência. Por ser uma categoria científica, ela não se presta à manipulação e à deformação plástica típicas de expressões como "mundo do trabalho" ou "relações laborais". Por que, na análise das relações sociais que os seres humanos estabelecem na produção, deve-se, por exemplo, substituir "relações de produção" por "mundo do trabalho"? O que justifica cientificamente o abandono do "velho conceito" de relações de produção? Qual a crítica da categoria relações de produção que fundamenta a adoção da nova expressão "mundo do trabalho"? Por que devemos substituir a já estabelecida "mais-valia" por "mais-valor", ou o consagrado "ser-precisamente-assim" pelo novidadeiro "ser-propriadamente-assim" ou, ainda não mais denominar de reflexo, mas de "espelhamento", a capacidade intelectual de reproduzir o real na consciência?

---

<sup>6</sup> Há, mesmo, aqueles que fazem o elogio metodológico da polissemia! Cf. Frigotto, 2009. Em Lessa, 2012a, fizemos uma crítica dessa concepção.



Tal como uma gíria que ganha a vida cotidiana, as novas expressões passam a ser utilizadas sem qualquer crítica: a navalha de Occan passa a ser resquício do racionalismo velho e ultrapassado<sup>7</sup>. A única vantagem – não necessariamente para o bem da ciência – de expressões como o mundo do trabalho, em comparação com categorias como relações de produção, é sua inconsistência semântica que possibilita ao discurso a aparência de um conteúdo de que carece.

Com base em categorias imprecisas e flexíveis, as investigações são crescentemente marcadas por uma inconsciente vertente kantiana. Inconsciente, porque raramente se têm noção da filiação filosófica do procedimento metodológico adotado; e, kantiana, porque compartilha com o idealismo subjetivo a concepção de que as categorias são criações da subjetividade para a ordenação do mundo em teorias científicas. Adotam-se categorias idealistas, em tudo imprecisas, que favorecem um discurso no qual se sugere mais do que se define ou se afirma, resultando em teorias que muito pouco, ou nada, têm a ver com o mundo real – mas que cumprem uma função ideológica conservadora, entre outras coisas, ao postularem que o mero desenvolvimento tecnológico tornaria desnecessária a revolução proletária.

Articulada à essa cultivada imprecisão, polissemia e obscuridade, a perda de referência ao mundo real tem sido um traço marcante da comunidade de autores a proclamar "o fim do proletariado". Se, na década de 1960, como vimos no exemplo de Mallet, o recurso à empiria se dava pela generalização indevida de casos singulares a tendências históricas universais, -- três décadas depois sequer se recorre aos estudos de caso<sup>8</sup>. As teorias vão se convertendo em meras teses cujos pressupostos são assumidos sem qualquer demonstração. Os pressupostos são reduzidos a axiomas; estes são aceitos pelos leitores na proporção em que correspondem ao senso comum dos nossos dias, ou seja, com as devidas mediações, que se amoldam à concepção de mundo burguesa em tempos de neoliberalismo.

Foi assim que as teses ganharam uma independência cada vez maior frente ao real – ao preço de terem uma sobrevida cada vez mais curta no "mercado de ideias". Serge Mallet continuou citado até bem entrada a década de 1970, Braverman (*Trabalho e Capital Monopolista*) atravessou a década de 1980 e parte da de 1990; Adam Schaff e Lojkine, Kurz e o Grupo Krisis, Negri e a *troupe* do "trabalho imaterial", Cohen e Elster (o "marxismo analítico") em contrapartida, não foram além de alguns poucos anos. Pela involução do mundo acadêmico no último quarto do século 20, a produção das ideias acelerou-se na mesma

---

<sup>7</sup> Navalha de Occam: só se deve criar novas categorias depois de criticadas as antigas, evidenciando a necessidade e a pertinência das novas categorias e, em segundo lugar, entre duas afirmações de conteúdo idêntico a melhor, pois possivelmente mais verdadeira, é a forma mais simples.

<sup>8</sup> Talvez o último grande texto dessa tradição tenha sido o de Piore e Sabel, *The Second Industrial Divide* (1984). Brillante exceção é o texto de Hirata, 2002, já referido.

proporção em que perdeu tanto a consistência teórica quanto a conexão com o real. Longe de ser generalizável em escala absoluta, pode-se afirmar, sem estar muito longe da verdade, que a maior parte da produção na academia aproximou-se do reino das fantasias muito mais do que da ciência ou filosofia. O quadro de fundo, com suas causas últimas e fundamentais, é o cenário delineado por Lukács em seu clássico ensaio "A decadência ideológica da burguesia": a impossibilidade de a burguesia retirar do desenvolvimento das ciências as consequências ideológicas mais profundas.

A crescente distância para com a realidade impõe um outro traço característico do novo "estilo": a forma vai se tornando cada vez mais rebuscada e obscura, novos conceitos e formulações vão se impondo quase semanalmente com um estilo crescentemente rococó. Sociedade se converteu em "formação societal", determinações sociais em "societárias", relações sociais em "relações societárias", produtos do trabalho em "produtos laborativos" ou "laborais", teoria em "teorização", "essencialidade" substitui essência, "supra-sumir" no lugar de superação, realidade passa a ser "efetividade", expressões como "(in)material", "preariado", "pobretariado", "infoproletariado", etc. possuem livre curso. A obscuridade dos novos conceitos é positivamente valorizada em si e por si – por um lado, porque conflui com a adoração da novidade e, por outro lado, porque fortalece a nebulosidade geral do discurso que é imprescindível para que as expressões e conceitos imprecisos possam ter a aparência de rico conteúdo e formidável achado teórico. A velha e boa máxima da "navalha de Occan" já não tem mais lugar no novo *Zeitgeist*; a novidade tem um valor intrínseco e é cultivada sem críticas.

Cada autor se sente livre para criar suas categorias próprias – ainda mais, para a sobrevivência na "nova configuração do mercado de ideias" (sic), passa a ser imprescindível que cada um crie a sua "marca" particular. Na busca dos quinze minutos de fama, não deixa de ter um quê de cômico como, nos congressos ou encontros de ciências humanas, novas categorias e conceitos são propostos, não raramente acompanhados por expressões como "que eu denomino", "que determinamos como", "que preferimos chamar de", "que já denominamos de" e assim por diante. Os pesquisadores em início de carreira rapidamente aprendem o truque que consiste em esconder sob uma formulação nova a carência de conteúdos que sejam reflexos do mundo real – as ciências humanas e a filosofia incorporaram em larga medida a arte do embuste.

Nada, claro está, contra a formulação de novas categorias, quando e se elas forem imprescindíveis. Mas, apenas e tão somente após a rigorosa aplicação da navalha de Occan.

### **As três homogeneizações**

Podemos criticar Mallet e outros autores não apenas pela redução, metodologicamente imprópria, da totalidade à particularidade. Contudo, ao chegarmos à década de 1990, sequer se faz necessária a menção a casos concretos, mesmo que muito particulares. Os textos adquirem um pobre tom ensaístico. Saímos de uma complicada (positivista, quase sempre) tradição sociológica para um miserável reino de fantasias.

Dos vários mitos que pululam nesse reino de fantasias, para este artigo é particularmente significativo o de que viveríamos uma imprecisamente definida revolução técnico-científica (ou similares) pela qual, com a entrada da informática, dos robôs e das novas formas gerenciais da produção, estaríamos assistindo a uma de três – por vezes, mesmo as três – homogeneizações.

A primeira: o trabalho manual estaria incorporando tal quantidade de atividades de concepção e de controle que não mais se poderia afirmar que a produção se basearia na distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A segunda, que estaria desaparecendo, ou já teria desaparecido, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. E, a terceira, que os "novos arranjos produtivos" superariam o trabalho alienado, pois estariam eliminando a separação entre os trabalhadores e os meios de produção.

Passemos por cada uma delas:

1) A pretensa superação da "oposição como inimigos do trabalho manual e o trabalho manual" (Marx, 1985:105) se baseia na noção segundo a qual, ao fazer o trabalhador manual realizar parte do trabalho de planejamento ou de controle, estar-se-ia superando a divisão entre o trabalho manual e o intelectual porque a "subjetividade" do trabalhador estaria agora entrando na atividade produtiva. Essa tese, lembremos, já estava presente em Mallet. Se, na década de 1960, era a "automatização" que estaria eliminando a separação entre o trabalho manual e o intelectual, no final do século 20 serão a robótica e o toyotismo os responsáveis por tal feito. Exceto esse *aggiornamento*, a essência do argumento permanece a mesma.

Que todo e qualquer ato humano singular é uma teleologia objetivada e que, portanto, nós construímos na consciência antes de transformamos o mundo – essa descoberta é mais antiga que *O Capital* de Marx (Dietzgen, 1977). Não há ato humano, inclusive o do operário mais taylorizado, que não seja mediado pela subjetividade do ser humano envolvido. Também por isso foi necessário, para padronizar os atos humanos na produção, todos os mecanismos de controle do trabalhador (operário ou não) desde a manufatura, na Acumulação Primitiva, até os nossos dias.

A distinção entre o trabalho manual e o intelectual não é aquela em que um pensa e, outro, executa (pois, todos, pensam); mas, sim, a distinção de classe pela qual os dominantes impõem, sempre pela violência, a reprodução da sua propriedade privada pela exploração do trabalhador (novamente, operário ou não). Quando, hoje, o operário é obrigado a terminar o

trabalho de programação de um torno ou quando incorpora em seus procedimentos atividades de controle de qualidade, apenas significa que ele está sendo mais intensamente explorado do que se não o fizesse e, não, que está sendo superada a distinção entre o trabalho manual e o intelectual. O que as novas tecnologias e formas gerenciais têm alcançado é um maior e mais efetivo controle sobre o trabalho manual que se revela na menor porosidade, na maior produtividade e na crescente intensidade da jornada trabalho.

Além disso, a transferência ao operário das etapas finais da concepção, que requerem o cérebro antes que a mão, não é exatamente uma novidade no mundo capitalista. No passado, era corrente a exigência de que um torneiro mecânico ou um ferramenteiro fosse capaz de calcular a conversão de centímetros em polegadas ou que fosse capaz de conceber o tipo de rosca que melhor se adaptaria ao projeto; um marceneiro deveria conhecer a melhor madeira para determinadas peças ou móveis, calcular a proporção de laca e solvente para cada tipo e estágio de amadurecimento da madeira, moldar as peças segundo as vibrações da madeira; um eletricitista deveria ser capaz de calcular a complicada relação entre a energia, a bitola e isolamento dos fios, a resistência dos fusíveis, etc. Esse encargo do operário de parte das atividades de cálculo, planejamento e organização da produção já é conhecido do passado<sup>9</sup>.

A separação entre o trabalho intelectual e manual não foi inaugurada pela especialização peculiar ao fordismo/taylorismo, nem é superável pela alegada "polivalência" do trabalhador toyotista. Ela é fundada pelo trabalho alienado, pela organização do trabalho para produzir a propriedade privada da classe dominante. Por isso, mesmo no caso extremo em que a totalidade da organização, controle e planejamento da produção da propriedade privada fosse realizada pelos operários – e apenas por eles – mesmo nessa hipótese irrealista – a "oposição como inimigos mortais"<sup>10</sup> entre o trabalho intelectual e o manual estaria integralmente mantida. É fácil se perceber a razão: o que determinaria a produção continuariam a ser as necessidades de acumulação da propriedade privada dos dominantes e, não, as necessidades humanas.

A superação da "oposição como inimigos" entre o trabalho manual e o intelectual, para não nos alongarmos além do imprescindível, apenas será possível pela superação das classes sociais com a transição ao trabalho associado, à livre organização dos produtores associados.

---

<sup>9</sup> Cf., por exemplo, J.P. (1969). Há várias descrições interessantes do dia a dia operário sob o fordismo. Ronald Fraser organizou, para a *New Left Review*, um dos panoramas mais interessantes que conhecemos, a série *Work*.

<sup>10</sup> Na primeira edição em inglês, revista por Engels, no famoso segundo parágrafo do Capítulo XIV da 4ª edição alemã do Livro I de *O Capital*, *feindlichen Gegensatz* vem traduzida por "inimigos mortais".

2) A segunda homogeneização: o desaparecimento da distinção entre o trabalho produtivo e o improdutivo. Também nesse particular Lojkine realiza um percurso típico entre os autores do final do século 20. Ignora, sem qualquer cerimônia, o conteúdo clássico (isto é, desde a Economia Política Clássica até a sua crítica por Marx) dessas categorias. A burguesia, já no século 18, descobrira que há salários que produzem lucro e salários que apenas são custos e que, portanto, na organização dos negócios, o ideal é aumentar a proporção dos trabalhadores produtivos de lucro em relação aos improdutivos. Marx pôde ser preciso onde a Economia Política não podia ser: o trabalho produtivo é a modalidade de trabalho abstrato (trabalho assalariado) que produz mais-valia. Ele pode ocorrer no intercâmbio material com a natureza ou fora dela. O trabalho improdutivo é a modalidade do trabalho abstrato que não produz mais-valia.

Fazendo tábula rasa da navalha de Occan, Lojkine apresenta a sua alternativa: o trabalho produtivo é aquele que "se inscreve na relação entre o homem e a natureza material, o segundo [o trabalho improdutivo] na relação entre os homens" (Lojkine, 1985:274<sup>11</sup>). Nenhuma crítica que demonstre as incorreções das categorias marxianas de trabalho produtivo e improdutivo; nenhuma demonstração da superioridade de suas formulações sobre as de Marx. Simplesmente se oferta uma nova definição, como se a economia política clássica e sua crítica por Marx não fizessem parte da história.

É a partir dessa nova definição dos trabalhos produtivo e improdutivo que Lojkine pôde argumentar, primeiro, que as atividades de serviço, de pesquisa científica e de planejamento e concepção seriam improdutivas e, contudo, pela Revolução Informacional, adquiririam um conteúdo cada vez mais produtivo, "imbricando" o trabalho improdutivo ao improdutivo e dando origem as trabalhadores produtivos-improdutivos e improdutivos-produtivos (Lojkine, 1995:23, 272-3, 280). Segundo, que a informação passaria a fazer parte do trabalho manual (ou, vice-versa), em uma tese quase literal a de Mallet: atividades intelectuais são incorporadas ao trabalho manual etc. Ainda que a forma da argumentação, o modo de articular o raciocínio, variem muito ao longo da trajetória de Mallet a Lojkine, a essência do argumento é a mesma: cancela a distinção de classe entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, reduzindo o primeiro ao pensar e, o segundo, ao fazer. E, a seguir, reconhece-se que o trabalho improdutivo é tão necessário à produção quanto o produtivo – daí que teriam se fundido! Que os trabalhos produtivos e improdutivos sejam necessários à reprodução do capital é algo que Marx (entre outros) argumentou com insistência – todavia, justamente para demonstrar que esta base de necessidade comum aos dois é o que os distingue, não o que os identifica! Para não nos alongarmos, nessas homogeneizações de

---

<sup>11</sup> Para sermos muito breves, Lojkine apenas confunde como o que distinguiria o trabalho produtivo do improdutivo, as peculiaridades dos atos voltados à transformação da natureza com o restante dos atos humanos – confunde aquilo que Lukács, na *Ontologia*, particularizou como posições teleológicas primárias e secundárias.

trabalho produtivo e improdutivo são, sem qualquer cerimônia, desconsiderados o fato de haver atividades que produzem mais-valia e, outras, que não o fazem – por vezes na mesma cadeia produtiva – com as consequências que advêm para a configuração das classes sociais.

Tem sido por procedimentos teoricamente tão falhos quanto estes que, tipicamente, postula-se a homogeneização do trabalho produtivo e improdutivo.

3) A terceira homogeneização: os novos "arranjos produtivos", os *clusters*, os trabalhos domésticos de todos os tipos, a agricultura integrada, etc., estariam superando a separação entre os trabalhadores e os meios de produção ao dar posse ao trabalhador das ferramentas, da matéria-prima e do produto final. Bem examinadas as coisas, tais exemplos nada mais são do que a demonstração de como, no momento de sua crise estrutural, por vezes o capital é obrigado a abandonar seu ganho em escala para reviver práticas pretéritas de exploração do trabalho em função da elevada taxa de extração de mais-valia que possibilitam.

Em todos os casos, sem exceção, o trabalhador, para poder vender sua força de trabalho, é obrigado a entrar com uma parte do capital fixo (máquinas, instalações em sua casa, ferramentas; no caso da agricultura integrada, a terra, as instalações, as ferramentas etc.) e a funcionar como seu próprio capataz (já que o trabalho doméstico é, aparentemente, "livre", pois é controlado pelo próprio trabalhador). Tanto a Grandene no interior do Ceará, as inúmeras oficinas domésticas em e ao redor de Toritama (Pernambuco), o trabalho cooperativado dos cortadores de cana de açúcar em Bella Unión (Uruguai), as trabalhadoras têxteis de Goiás Velho, como a Terceira Itália, compartilham dessa miséria comum: são novas e mais intensas modalidades de extração de mais-valia. Em nada representam superações das alienações que brotam do capital.

### **O "falso socialmente necessário"**

Mencionamos, no início do artigo, que o período contrarrevolucionário em que estamos metidos é o fundamento último da aparência de verdade, por tantas décadas, de teses tão esdrúxulas e com tantas debilidades metodológicas e teóricas, como as aqui exemplificadas por Mallet e Lojkin. Devemos agora voltar a esse tópico.

Tanto quanto conseguimos entender, dois processos ideológicos se relacionam à permanência por tantas décadas da tese de que tecnologia seria o momento predominante do desenvolvimento humano: a consolidação da hegemonia da socialdemocracia nos partidos e sindicatos operários dos países capitalistas mais avançados no pós-segunda guerra e, em segundo lugar, a partir dos anos de 1930, a consolidação do stalinismo e a decadência teórico-ideológica que lhe é peculiar. *Mutatis mutandis*, a defesa política da "obra" da socialdemocracia (o Estado de Bem- Estar) e da "obra" do stalinismo (o "socialismo real" e,

mesmo o "comunismo" soviéticos), requeria, entre outros malabarismos teóricos, a substituição da revolução proletária de Marx e Engels por uma transição que pudesse ocorrer por dentro do Estado, do mercado e da família monogâmica. Uma das possibilidades para atender a essa necessidade ideológica tem sido apresentar o desenvolvimento tecnológico como comprovação da transição almejada. Os defensores do Estado de Bem-Estar podiam apresentar os "milagres tecnológicos" do pós-guerra e, os stalinistas, podiam cantar as belezas do Sputnik, como provas "empíricas" de suas teses.

Quando esse processo ideológico já se encontrava avançado, na década de 1950, o "capitalismo de face humana" dos socialdemocratas e a "o socialismo real" dos estalinistas eram apresentados como superadores das "utopias" marxianas e engelsianas acerca da necessidade de superação do Estado para a transição ao comunismo. O projeto revolucionário do século 19 fora, diziam, superado pela história. Nem a transição seria para uma comuna (a Ditadura do Proletariado de Marx) e para a livre organização dos produtores associados, nem o Estado teria que ser superado. O Estado de Bem-estar estaria comprovando o papel decisivo do Estado no avanço para o socialismo (que, obviamente, já não poderia ser aquele do passado...); a ordem soviética estaria comprovando que a transição ao comunismo se faria, não com o fencimento, mas pelo fortalecimento do Estado. O stalinismo e a socialdemocracia concordam: o Estado seria cada vez mais importante como órgão de controle da futura ordem "socialista" ou "comunista". Nesse universo ideológico, com absoluta necessidade, a revolução (lembramos: sempre uma ruptura com o essencial do presente pela entrada violenta das massas trabalhadoras nas lutas de classes) precisa ser rebaixada a um processo gradual e paulatino, pleno de mediações e mais mediações<sup>12</sup>. A sua essência seria a conversão do Estado, do assalariamento, do poder político e da família monogâmica em mediações da "ordem socialista".

O que têm demonstrado algumas décadas de debate (que tratamos nesse artigo) é que, para a reprodução desse "falso socialmente necessário", uma das hipóteses com maiores potencialidades teóricas é a tese de que a tecnologia seria o momento predominante da história. Todas as teorizações – desconhecemos uma única exceção – que se apoiam nesta tese aderem ao horizonte ideológico burguês – ao *Zeitgeist* conservador, "a mais cruel das ilusões" (Howe, 1993); cumprem a lamentável função de velar a essência da sociedade pela elaboração de fantasias. Tais teses, ao fim e ao cabo, justificam o abandono do projeto revolucionário proletário, marxiano, e apresentam as novas formas de opressão do trabalho pelo capital como se fossem o oposto, a libertação dessa mesma opressão.

---

<sup>12</sup> As mediações, aqui, deixam de ser as relações categoriais que fazem a articulação entre o momento predominante e o restante do processo em causa, para se converter, à la Zenão de Eléia, na prova de que Aquiles nunca ultrapassaria a tartaruga; isto é, cumprem o papel de colocar o comunismo, o objetivo final, cada vez mais distante na medida em que dele, hipoteticamente, nos aproximáramos.

No interior de cada modo de produção, são as relações de produção o momento predominante na evolução da tecnologia. O que será incorporado à tecnologia serão as descobertas, conhecimentos, procedimentos, etc. que coadunam com a reprodução da forma a eles contemporânea de propriedade privada. Tal como o trabalho escravo limitou o desenvolvimento tecnológico na produção (mas não no exército); tal como o trabalho servil impulsionou o desenvolvimento tecnológico medieval, o trabalho proletário (aquele que produz o capital) é o momento predominante no atual desenvolvimento da tecnologia. O desenvolvimento tecnológico não é, nem será, o momento predominante na transição a uma sociedade não regida pelo capital. A revolução proletária, que destrua as relações de produção capitalistas e as substitua pelo controle universal, coletivo e consciente da produção pelos trabalhadores, continua imprescindível para superar o capital. Em uma frase, sem revolução proletária, não haverá comunismo.

A crítica fundamental a Mallet e Lojkin poderia ser estendida, com pequenas adaptações, a praticamente todos os autores que postulam a superação da ordem burguesa pelo desenvolvimento tecnológico: 1) são inconsistentes na forma assim como no conteúdo; 2) quando apresentam alguns dados empíricos, não justificam a elevação *daqueles* casos singulares a tendências universais; 3) nem, ainda, comprovam o desaparecimento da distinção entre o trabalho manual e o intelectual, o desaparecimento da distinção entre os trabalhos produtivo e improdutivo nem, ainda, comprovam que as novas tecnologias superam as alienações que brotam do capital.

Apesar de tais inconsistências, das graves falhas metodológicas e apesar de transitarem com frequência para o reino da fantasia, tais teses permanecem no debate contemporâneo com uma impressionante "atualidade". Curiosa persistência! 1) ou a ordem burguesa continuaria a existir após tantas décadas do anúncio de sua superação pelas novas tecnologias, caso em que tais teses teriam sua falsidade provada pela "prática", pela "empíria" e sua aparência de verdade dever-se-ia apenas ao seu papel ideológico de "falso socialmente necessário"; 2) ou a "sociedade mercantil" já não mais existiria e tais teses teriam perdido completamente sua atualidade. Tanto em um caso como no outro, a própria persistência por tantas décadas do anúncio do fim do capitalismo graças às novas tecnologias depõe contra o conteúdo essencial desse mesmo anúncio! Qualquer que seja o caso, a persistência de tais teses é um caso típico do "falso socialmente necessário": uma necessidade social está na origem de um complexo ideológico cuja aparência de verdade vem do velamento, não do desvelamento, da essência do mundo. No caso em análise, o "falso socialmente necessários" deve velar, acima de tudo, o sensato fato de que, ao invés de rupturas com o capital,

As novas tecnologias da informação foram desenvolvidas em, pelas e para as economias capitalistas avançadas — a dos Estados Unidos em particular. (...)



O controle da força de trabalho, o aumento da produção, a conquista de mercados mundiais e a acumulação ininterrupta de capital são as novas influências dinâmicas sob as quais ocorre o desenvolvimento das novas tecnologias de informação. (SCHILLER 1985: 37, *apud* KUMAR, 1997: 43)

Não há desenvolvimento tecnológico que possa subverter a essência das relações de produção atuais pela mesma razão de que sem revolução proletária, aquela que supere a exploração do homem pelo homem, as classes sociais, o Estado e a família monogâmica (patriarcalismo), não haverá transição para além da mercadoria, para o comunismo.

### **Bibliografia**

- BELL, D. *The coming of Post-Industrial society: a venture in social forecasting*. Nova Iorque: Basic Books, 1976
- BELLEVILLE, P. *Une Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: Rene Julliard, 1963
- BRZEZINSKI, Z. *Between two ages: America's role in the Technetronic Era*. Nova Iorque: Viking Press, 1971
- DIETZGEN, J. *La esencia del trabajo intelectual humano*. Prefácio de Anton Pannekoek. Madrid: Editorial Fundamentos, 1977
- FRIEDMAN, G. *Où va le travail humain?* Paris: Gallimard, 1950
- FRIGOTTO, G. "A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe". *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, Rio de Janeiro. 2009
- HIRATA, H. *Nova divisão social do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002
- HOWE, I. "Introduction" in Harrington. M. (1993) *The other America – poverty in the United States*. Nova Iorque: Ed. Nova Iorque, 1993.
- IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998
- J. P. "The Toolmaker". Série Work (Ronald Fraser org.). *New Left Review*, n.53, Londres. 1998
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997
- LESSA, S. *Para além de Marx? Crítica às teses do trabalho imaterial*. São Paulo: Ed. Xamã, 2005a
- \_\_\_\_\_. "Da contestação à rendição". In Bertoldo, E. et alli (orgs.) *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª impressão, São Paulo: Ed. Cortez, 2012b

- \_\_\_\_\_. *Mundo dos Homens*. (4ª ed., 2ª impressão). São Paulo: Instituto Lukács, 2013
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995
- LUKÁCS, G. *Marx y el problema de la decadencia ideologica*. México: Siglo XXI Ed., 1981a
- \_\_\_\_\_. (Vol I, 1976, Vol II, 1981) *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Rinuti.
- MALLET, S. *La nouvelle classe ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1963
- MARX, K. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol I, Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983/1985
- MCLUHAN, M. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto Press, 1967
- MILIBAND, R. *The State in capitalist society- an analisis of Western system of power*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1969
- NAISBITT, J. *Megatrends: Ten New Directions Transforming Our Lives*. Nova Iorque: Grand Central Publishing, 1984
- OLDRINI, G. "Em busca das raízes da ontologia. (marxista) de Lukács", in Pinassi, M. O. e Lessa, S. (orgs.) *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002
- PIORE, M e SABEL, C. *The second industrial divide*. Nova Iorque: Basic Books, 1984
- ROMERO, D. *Marx e a técnica*. São paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990
- SCHILLER, H.I. "Strength and weakness of the new international Information Empire". In P. Lee (org) *Communication for all*. Nova Iorque: Orbis, 1985
- TOFFLER, A. *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980